

A CONSTRUÇÃO DO “DIFERENTE”: O JUDEU NOS ARQUIVOS SECRETOS BRASILEIROS

Helena Lewin

Introdução

Este trabalho faz parte de uma ampla pesquisa realizada nos arquivos DOPS*, a Delegacia de Ordem Política e Social brasileira, que funcionou, ininterruptamente, durante 60 anos com a função de exercer vigilância política sobre a população, especialmente os estrangeiros, entre os quais, a comunidade judaica.

Os dados coletados estão arquivados em milhares de pastas e “dossiers” cobrindo diferentes setores, sem sistematização e, muito menos, informatização, o que implicou em um levantamento manual, trabalhoso e exaustivo. Embora nosso interesse estivesse centrado na comunidade judaica do Rio de Janeiro, as informações colhidas extrapolaram seu limite, estendendo-se a todo o país, e muitas vezes, ultrapassando suas fronteiras.

Para fins deste trabalho, procedemos a um recorte temático, observando diretamente a participação dos judeus nas atividades políticas nacionais de 1935 quando ocorreram revoltas armadas em vários estados do Brasil.

* Uma observação ortográfica: DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) - embora lhe corresponda concordância de gênero feminino, o modo corrente de expressão na literatura das ciências sociais lhe confere tratamento masculino. Assim sendo, será grafado o DOPS.

O acervo DOPS resulta de uma mescla, se bem que incompleta, das diversas instituições policiais que exerceram funções de polícia política, de natureza secreta, no que hoje é o Estado do Rio de Janeiro. Suas sucessivas transformações - Capital Federal, Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro – determinaram a fusão ou cisão de órgãos policiais inclusive de instâncias hierárquicas diferenciadas de âmbito federal e estadual, com transferências de competências, funcionários e bens, incluindo arquivos. O DOPS sucede a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) que atuou entre 1933 a 1944 que, por sua vez, herdou toda a documentação de órgãos antecessores desde, aproximadamente, 1918.

Estes judeus que se auto-denominavam “progressistas” em oposição aos segmentos conservadores e sionistas, definiam-se genericamente de “esquerda judaica” e englobavam vários matizes políticos.

Duas ordens de fatores constituem o cenário sócio-cultural e político da época, dentro do qual se movem os personagens. Uma, diz respeito à análise histórica e ideológica dos anos 30, e a outra refere-se à comunidade judaica sob a ótica da polícia secreta brasileira — DOPS — conforme acima descrito.

O tratamento dispensado ao estrangeiro no Brasil formulado pelo Estado brasileiro variou segundo o momento histórico e seus atores políticos hegemônicos.

A dicotomia “nacionais x estrangeiros” surge na segunda metade do século XIX, quando se inicia a discussão sobre a emancipação da mão de obra escrava e a possibilidade de importar europeus livres, para suprir a demanda de trabalho frente ao grande avanço da economia cafeeira.

Imigrante – Um “Bem” Nem Sempre Desejável

A questão demográfica brasileira apontava para duas situações problemáticas: uma, relativa à necessidade de povoar os grandes espaços vazios para garantir a posse e a segurança nacional (política de colonização); e a outra, para prover braços para as atividades agrícolas dos grandes fazendeiros (política de mão de obra). O imigrante europeu passou a ser tratado como um “bem desejável” para um variado leque de alternativas econômicas, sendo-lhe outorgado garantias e proteção, desde que permanecesse no campo, tornando-se elemento propiciador do crescimento econômico da nação, isto é, um agente de acumulação de capital para os fazendeiros e eventualmente, para si, como agricultores autônomos nos núcleos coloniais distantes.¹

Verifica-se a convivência conflitual de leis de imigração de conteúdos opostos — leis estimuladoras de absorção e leis restritivas de entrada e de expulsão. Outras áreas são objeto de políticas específicas em relação ao papel do estrangeiro, enquanto ator coadjuvante do projeto de construção de um novo homem brasileiro, sujeito portador de uma nacionalidade forte, calcada no patriotismo e na unidade cultural ideologicamente homogênea.

1 Lewin, Helena et al.. *O controle da diferença: a visão da polícia política sobre a comunidade judaica*. RJ:UERJ- Programa de Estudos Judaicos / Brasília:CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico), 1997.

Neste processo, a educação passa a ser um dos instrumentos estratégicos para a realização dessa vontade nacional. A partir da década de 20 e, principalmente acentuada no período ditatorial do Estado Novo (1937/45), a política educacional busca valorizar o homem nos campos do patriotismo e nacionalismo.² Essas propostas estão presentes nos discursos pedagógicos dos regimes autoritários europeus, nos quais o Brasil se inspira, buscando transmitir, através da educação moral e cívica, a consciência de nacionalidade e de “raça brasileira”, cujos ingredientes ideológicos estão permeados de idéias preconcebidas contra o imigrante e o estrangeiro, entre eles o judeu.

Controle do conteúdo curricular e centralização rígida do sistema educacional eram prioritários para o modelo político vigente, cuja palavra de ordem repousava no princípio da glorificação da Pátria traduzido em linguagem xenófoba e complementado por propostas eugenistas, extraídas de autores nacionais e estrangeiros.

...todos precisam ser educados dentro da doutrina do Estado Novo”. “...O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo.” “...a educação da mocidade... será um elemento, não só eficaz, como até decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas.”³

Paralelamente ao Dia da Pátria, comemorando a Independência brasileira com uma grande parada militar a cada 7 de Setembro, o Presidente Getúlio Vargas criou o Dia da Juventude Brasileira, correntemente denominado “Dia da Raça” que consistia em uma grande demonstração cívica de alunos de todas as escolas, públicas e privadas, marchando orgulhosamente em frente ao ditador. As escolas judaicas da época não ficaram de fora, queriam demonstrar sua integração nacional ao provar que ensinavam os princípios da educação moral e cívica conforme determinação governamental, embora fascista e excludente.

As teorias racistas européias tiveram grande influência sobre parte da intelectualidade brasileira e foram intensamente utilizadas pelos formuladores da política de imigração que categorizavam os estrangeiros como “desejáveis” e “indesejáveis”.⁴ O papel do Instituto Nacional de Imigração

2 Horta, José Silvério Baía. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: a Educação no Brasil (1930 – 1945)*, RJ: Ed. UFRJ, 1994.

3 Vargas, Getúlio. *A Nova Política do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio 1938.

4 Menezes, Lená Medeiros. *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade* RJ: EDUERJ, 1996.

e Colonização e de vários outros órgãos governamentais criados para regulamentar a questão do povoamento brasileiro, como o Conselho de Imigração e Povoamento, foram decisivos para estabelecer formalmente aquela distinção que será adotada ideológica e operacionalmente pelo aparelho policial.⁵

Esses intelectuais, apesar de não fazerem referência especificamente ao elemento judeu, endossavam um conjunto de idéias que, enraizadas na mentalidade da *intelligentsia* brasileira, contribuíram para reavivar, na década de 30, valores raciais que, obviamente, forneceram sustentação para a formulação de uma política anti-semita durante o Estado Novo⁶

A imigração do branco — preferência nacional — deveria ser cuidadosamente observada, considerando a preservação dos fundamentos cristãos-ocidentais da população brasileira. Uma das teses correntes supunha a existência de diversos graus de fusão das etnias e, como decorrência deste pressuposto, critérios seletivos de “stocks” imigratórios deveriam ser estabelecidos, priorizando aqueles que apresentassem maiores índices probabilísticos de assimilação e aculturação.

...em todos os pontos do globo e em todas as fases da História, o semita seja judeu, phenício, carthaginez ou árabe, se mostra tenazmente rebelde à commistão, alianças fora da sua tribu. Ao lado do judeu vem o japoense que é como enxofre: insolúvel.⁷

A eugenia da raça, como política nacional, antecipava sua presença nos pré-requisitos imigratórios visando garantir a integridade étnica. O governo brasileiro determinou através da emenda 1164 a proibição de imigração de elementos das raças negras e amarelas, tendo sido esta emenda transformada no artigo 121 parágrafos 6 e 7 da Constituição de 1934 que, por sua vez, reiterava e ampliava as restrições anteriores à entrada de imigrantes, além de estipular o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos (regime de cotas), o que equivalia a reduzir determinadas etnias já pouco representadas anteriormente.

Os judeus foram enquadrados nos vigentes estereótipos dos “stocks inassimiláveis” e, assim, tornavam-se inadequados ao pretendido processo

5 Lewin, Helena et al. — *op. cit.*.

6 Carneiro, M.L. Tucci. *O Anti-Semitismo na era Vargas 1930-1945*. SP: Brasiliense, 1988.

7 Wessel, B. “Ethnic Factors in the Population of New London”. *American Journal of Sociology*, July 1929 apud O. Vianna. In Carneiro, M.L. Tucci. *op. cit.*, p. 102

de construção da brasilidade. Vários foram os argumentos utilizados. Ora por serem portadores de uma cultura e religião não passível de amálgama e, portanto, “inconvertíveis”; ora por serem considerados “parasitas sociais” vivendo do comércio que os transformava em usurpadores do trabalhador e do povo brasileiro; ora por estarem ligados à exploração do lenocínio e, por isso, “uma chaga social”; ora por serem adeptos do comunismo eram considerados subversivos constituindo-se em grave “ameaça ao poder constituído”, ora por serem parte do capitalismo internacional e, portanto, “materialistas e gananciosos”; ora por serem apátridas transformavam-se em agentes a serviço de qualquer país e responsáveis pela “disseminação de ideologias estrangeiras”. Em suma, indesejáveis em todos os sentidos porque rotulados como opositores ao progresso e à grandeza da pátria brasileira.

O Integralismo⁸ – doutrina ultra nacionalista de direita – divulgou, reforçou e acentuou ainda mais o perfil ideológico do judeu como contrário aos fundamentos da moral cristã agregando à sua companhia outros perigos a combater – a maçonaria, o comunismo, o espiritismo e o candomblé. Todos deveriam ser proscritos e eliminados visando a inteireza da sociedade brasileira na medida que representavam sua possível desagregação e decadência social, principalmente referido ao mito do complô internacional judaico para a dominação do mundo, retirado do livro “Os Protocolos dos Sábios de Sião”.⁹

Os autoritários nacionalistas do novo regime sentiam-se atraídos pela tese da “regeneração nacional” exibindo motivação ideológica para forçar a limitação dos contingentes idealmente indesejados. Essa proposta combinava com as atitudes de uma classe média urbana pequena, porém crescente, que aspirava mobilidade econômica e social sem a competição por parte dos imigrantes. A retórica anti-imigratória visava aqueles imigrantes considerados como parasitários ou não-produtivos porque inseridos em atividades comerciais.¹⁰

Os políticos brasileiros alteraram drasticamente sua anterior posição favorável à entrada do imigrante como parceiro construtor da riqueza nacional. Não eram todos nem quaisquer imigrantes aportando seu trabalho, que poderiam ser considerados como sócios privilegiados no

8 Trindade, Héglio. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na década de 30*. SP: DIFEL, 1979.

9 Barroso, Gustavo. *Brasil, Colônia de Banqueiros*. RJ: Civilização, 1934; *O que o integralista deve saber?*. RJ: Civilização, 1934; *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. RJ: Ed. Minerva, 1937.

10 Lesser, J. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

esforço de construção da nacionalidade brasileira. Passaram a enfatizar o que anteriormente estava subjacente na política demográfica do final do Império: cabia ao estrangeiro a função idealmente almejada de embranquecer a população mestiça dominante, além de demonstrar capacidade de adaptar-se inteiramente à cultura brasileira num processo de “abrasileiramento”, abrindo mão de suas peculiaridades para compor a desejada “cidadania nacional homogeneizada”. Dessa forma, estabeleceu-se outra diferenciação: europeus legitimados e não-legitimados para serem os sujeitos do processo imigratório.

A Europa deixou de significar um espaço geográfico para converter-se em um espaço diferenciado por clivagens de ordem religiosa, racial, cultural e étnica e, como tal, o Brasil processou o recorte preferencial para compor o segmento imigrante. Segundo a visão nativista, os europeus requeridos deveriam ter como pré-requisito a condição probabilística de fundir-se assimilatoriamente ao novo contexto.¹¹

Uma série de decretos-leis de natureza restritiva foram introduzidos a partir dos anos 30, de forma a estimular a imigração rural e prevenir a entrada de indesejáveis através da imposição de um Termo de Responsabilidade em relação aos imigrantes (Decreto-Lei 4207 de 1921), posteriormente conhecido como “carta de chamada” (Decreto-Lei 16761/1924 e artigo 4 do Decreto 24158/34). Entre 1930 e 34 houve total proibição à imigração regulamentada pelos decretos 18482/30 e o de número 20917/32. A reabertura da imigração, pós 34, estabeleceu o “sistema de cotas” (art. 121 parágrafo 6 da Constituição de 1934) o que foi intensificado pelo art. 151 da Constituição de 1937. O decreto-lei 406 de 4/5/38 que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional inicia seu texto enumerando as proibições de entrada de indivíduos portadores de deficiências físicas, econômicas e de saúde mental, extensivas aos expulsos de outros países e aos envolvidos na prostituição e atividades ilícitas. Cita no seu artigo 2º que:

O governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos e sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização.

Deduz-se deste artigo que todo estrangeiro, mesmo não apresentando conduta desabonadora, fica submetido, de forma ambígua e sem nenhuma definição prévia, ao Conselho de Imigração e Colonização que estava

11 Lewin, Helena et al. - *op.cit.*.

autorizado a estabelecer as raças, etnias, religiões ou culturas que deveriam ser proscritas da condição de imigrante.

Com o estabelecimento do “sistema de cotas” e proibição da entrada de semitas através da Circular Secreta de número 1129, o grupo mais prejudicado foi o dos judeus alemães que, naquele momento, estavam sendo submetidos a uma política brutal de perseguições com a implantação do nazismo. Por outro lado, observa-se a eclosão de duas situações alternativas para superar os obstáculos da legislação imigratória: a compra de vistos nas embaixadas e nos consulados europeus e as falsas cartas de chamadas propiciando, assim, um verdadeiro comércio subterrâneo associado à corrupção e à chantagem.

A mudança mais significativa ao nível do discurso em referência aos imigrantes judeus foi sua metamorfose categorial, isto é, de grupo religioso é transformado em categoria racial e, posteriormente, em uma nacionalidade sem país de origem conforme classificação do DOPS.

...o atual Serviço de Estrangeiros é apenas um aparelho burocrático... É necessário um serviço permanente de observações e sindicâncias sobre as atividades de elementos alienígenas, a maioria dos quais indesejáveis às coletividades de origem e que por isso afluem para o nosso solo, na esperança de encontrar campo fácil às suas ambições, não muitas vezes honestas e confessáveis e quase sempre inúteis, si não prejudiciais ao nosso País. Que interessa a nós essa onda de intelectuais, mais ou menos suspeitos e infecundos, que a tragédia da Europa vomitou em nosso território?.. Essa população semita, vinda não se sabe como e de onde, se instalou em Copacabana, Flamengo e Catete, invertendo seus escassos capitais em negócios escusos e clandestinos, sonhando impostos, minando a sociedade brasileira pela tentação do luxo, mediante a facilidade de venda à prestação.

Em Copacabana e no Catete, o comércio já está todo na mão dos judeus ...é conhecida a íntima solidariedade que une os semitas, de modo que uns auxiliam os outros, suprimindo-se entre si do que precisam e sugando a economia nacional como meros intermediários e distribuidores de riqueza... O Brasil é ainda o paraíso dos espertos. Aqui se instalam supostos capitalistas, industriais, inventores etc., de nomes arrevezados e que logo penetram em nossa alta sociedade... No Rio de Janeiro pululam estrangeiros regamente instalados e sem profissão definida. São intermediários dos magnatas de indústria estrangeira... que se aproveitam... para obter magníficos negócios... que lhes permitem embolsar grossas comissões, em detrimento da economia nacional... Esses elementos

precisam ser vigiados... só um órgão especializado, dotado de pessoal capaz, pode manter um serviço de vigilância contínuo sobre os estrangeiros aqui domiciliados.”¹²

Panorama Político

As medidas iniciais do governo provisório de Getúlio Vargas, logo após a revolução de Outubro de 1930, foram consolidar as alianças que o haviam levado ao poder, além de criar uma base popular de sustentação. Em Novembro do mesmo ano, dissolveu o Congresso Nacional e os órgãos legislativos estaduais e municipais nomeando interventores – homens de confiança – para gerir o poder executivo em cada estado que compõe o sistema federativo brasileiro. Paralelamente, cumpre promessas de campanha ao criar os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde. Vargas aborta a guerra civil, que se organizava a partir da revolução constitucionalista de São Paulo, prometendo para 1933, eleições gerais para a Assembléia Nacional Constituinte e aprovação imediata de uma nova Constituição que é aprovada em 1934.

O Bloco Operário e Camponês, ligado ao Partido Comunista Brasileiro, protesta veementemente contra Vargas durante os anos de 1932/34, exigindo a reforma agrária, a nacionalização do capital estrangeiro e maior participação do trabalhador nas decisões e nos lucros das empresas industriais. A fim de cessar os protestos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Vargas o declara ilegal em 1934, mas não consegue impedir sua ativa militância visando ampliar suas bases e desestabilizar o governo. Apesar da intensa vigilância policial, Vargas não conseguiu coibir a liderança de Luis Carlos Prestes. Nem a chegada de vários membros do Comintern como Harry Berger, Rodolfo Ghioldi, Victor Allen Baron e Jacques Vallée, entre outros. Seguindo as instruções do VII Congresso Internacional do Comintern, realizado em Moscou naquele mesmo ano, o PCB adotou uma linha de ação política de “Frente Ampla” com partidos e movimentos reformistas, reunindo socialistas, comunistas e nacionalistas de esquerda sob a bandeira da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cuja palavra de ordem era o combate ao fascismo e ao imperialismo.

É preciso enfatizar que a Aliança Nacional Libertadora (ANL) revolucionou a discussão política, retirando-a dos espaços reclusos das

12 Arquivo Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). *Relatório de Atividades*, assinado Cap. Felisberto Baptista Teixeira, delegado Especial de Segurança Política e Social da Polícia Civil do Distrito Federal, 1940.

elites politizadas e levando-a às praças e ruas — arena da participação popular — organizando comícios e manifestações públicas. Esta atitude será fatal para o movimento: cinco dias após a primeira reunião pública da ANL, o governo Vargas decreta a Lei de Segurança Nacional, a chamada “lei monstro”, acionada para combater as organizações sindicais e prender comunistas e “simpatizantes”.

... três meses se tinham passado do advento da ANL, e já Prestes e seus assessores reclamavam um governo revolucionário de frente popular, ato que provocou reação imediata das autoridades civis, deixou-as de sobreaviso e prejudicou seriamente a credibilidade da ANL, como movimento independente. Essa virada súbita no sentido da militância armada, resultado talvez de um exagerado otimismo por parte dos líderes do PCB foi a sentença de morte da Frente Popular e pôs em risco a segurança de todos os que, não sendo comunistas, se tinham deixado atrair pelo programa nacionalista e social da Aliança...¹³

Do outro lado do arco ideológico, situavam-se os integralistas — nacionalistas de extrema direita — que, ao lutar contra a dependência estrangeira, ampliam o leque de inimigos introduzindo campanhas anticomunistas e anti-semitas, a exemplo dos nazi-fascistas europeus. Embora oficialmente na oposição, a Ação Integralista Brasileira (AIB) conquista numerosos adeptos nos escalões superiores do governo, além de se estender a todo o território nacional. Getúlio Vargas percebendo a importância numérica da AIB e sua expansão nos meios de comunicação, coopta seus líderes para compor a administração pública oferecendo ao presidente do partido, Plínio Salgado, o Ministério da Educação, pasta estratégica para formação do novo homem brasileiro que, no entanto, é recusada.

Para o fim de 1934, o integralismo se tornara uma força significativa na arena política, com 180.000 membros (segundo a própria AIB). Refletia o nazismo, sobretudo na sua vigorosa campanha anti-semita, de que se encarregava principalmente Gustavo Barroso, diretor da milícia integralista e principal intelectual do movimento. Plínio fazia praça do seu bom relacionamento com judeus (individualmente), como o industrial Horácio Lafer, de São Paulo, mas a imprensa do movimento

13 Levine, Robert M. *O Regime de Vargas. Os anos críticos de 1934-38*. RJ: Nova Fronteira, 1980.

atacava cada vez mais os judeus, tanto em nível nacional quanto internacional, reproduzindo frequentemente odioso material de propaganda nazista. O conselho nacional da AIB mantinha um serviço de informações, cuja seção judia encarregava-se, entre outras coisas, da compilação de estatísticas sobre a comunidade judaica nacional e de uma lista de judeus proeminentes na vida econômica e política. A Ofensiva, o principal dos quase 90 jornais publicados sob os auspícios do Secretariado Nacional para a Propaganda da AIB, estampou fotografias de judeus africanos (sic) comendo vorazmente carne crua. Gustavo Barroso traduziu os Protocolos dos Sábios de Sion em português e pediu que fossem estabelecidos campos de concentração para os comunistas judeus. Além de suas inclinações anti-semitas, os integralistas combatiam também os maçons, espíritas, defensores da educação sexual nas escolas, intelectuais liberais, educadores progressistas e as feministas. As cinco divisões do serviço ocupavam – se de judeus, comunistas, liberais-democratas, integralistas e grupos especiais inclusive maçons.¹⁴

A AIB e a ANL patrocinaram inúmeras organizações de fachada, entre elas, as mais importantes pela função de angariar dinheiro para as respectivas causas, o Socorro Verde, dos integralistas e o Socorro Vermelho, dos comunistas. Ambas tinham também suas organizações femininas: a União Feminina do Brasil, da ANL, e a Federação Integralista de Mulheres.

Hélio Silva¹⁵ elaborou a cronologia dos acontecimentos diários do ano de 1935 que culminaram com a chamada Intentona Comunista. O ano é pontilhado de revoltas, greves, declarações de insatisfação de militares pelos baixos soldos, apreensão de edições subversivas, expulsão de militares, proibição de comícios e centenas de prisões. A aplicação das medidas repressoras da Lei de Segurança Nacional não conseguiram sufocar a onda de revoltas armadas que será abortada em Novembro desse ano.

O relatório do chefe de Polícia Felinto Strubing Müller¹⁶ ao Presidente da República revela que a Polícia Civil do Distrito Federal vinha acompanhando a movimentação política dos vários grupos, com elementos infiltrados, da própria polícia, encarregados de descrever as atividades políticas e pessoais das lideranças suspeitas, denunciando a

14 Levine, Robert. *op.cit.*

15 Silva, Hélio. 1935 - *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

16 Arquivo Getúlio Vargas – doc 87 , vol XX.

conspiração político-militar que se encontrava em gestação, relacionando os principais chefes e a iminência do golpe revolucionário. Porém, o relatório mencionado não era apenas descritivo. Continha propostas para a repressão ao extremismo como: saneamento na Administração Pública, civil e militar, de todos os elementos contrários ao interesse nacional; reforço e agilização das leis de expulsão de estrangeiros subversivos e indesejáveis, inclusive uma Lei de Retorno do Estrangeiro, reembarcando ao país de origem todos aqueles que se encontrassem desocupados pelo espaço mínimo de dois meses. Sugere ainda a transformação dos sindicatos em associações de assistência e cooperativas; descongestionamento dos centros urbanos da população desempregada que seria internada em “Colônias de Trabalho”, além de moralização e expurgo do serviço público e a Reforma da Lei de Imprensa.

Esse texto é paradigmático e sua leitura nos permite decodificar a percepção de como o Chefe de Polícia, a quem estava subordinada a Delegacia de Ordem Política e Social, analisava as questões relacionadas ao estrangeiro, à subversão, ao internamento ou desterro, aos sindicatos, à liberdade de expressão, ao emprego e trabalho e ao controle da propriedade dos meios de comunicação.

DOPS – o exercício da violência

O controle exercido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) irá crescer na mesma proporção do descontentamento nacional e do sentimento de fragilidade do Governo. Quanto mais ameaçado o poder vigente, mais rigorosos se tornam o controle e a repressão. Nos momentos de maior crise, os relatórios do DOPS são remetidos diretamente ao Chefe de Polícia e ao Presidente da República, servindo de parâmetros para a definição de políticas e ações, como prisões e expulsões.

A questão da expulsão dos estrangeiros, legalizada desde o início da República, com extensão aos anarquistas e comunistas, abre espaços à repressão crescente e delações suspeitas e, dessa forma, amplia-se a arbitrariedade do Estado e seu aparelho coator, restringindo-se as liberdades individuais e sociais no país.

O desterro foi um dos meios rotineiros que o Estado usou para afastar os indesejáveis: embarcava os indivíduos nos chamados “navios de prisioneiros” que os levavam às colônias situadas em lugares longínquos. Parte significativa dos presos morria nos navios devido à superpopulação, condições precárias de higiene e alimentação e, muitas vezes, execução sumária por protestos contra os maus tratos. As doenças grassavam nos porões desses navios e muitos dos que conseguiam sobreviver, morriam ao enfrentar a situação inóspita desses lugares assolados por mosquitos, fome, desidratação, tifo e outras moléstias. Relatório de 1926 ao Ministro

da Agricultura mostra que, dos 946 prisioneiros da “Viagem ao Núcleo Colonial de Clevelândia”, 444 morreram.¹⁷

...o desterro, o recolhimento em colônias penais e as expulsões foram utilizados indiscriminadamente contra os dissidentes políticos e contra a população pobre, não se percebendo muitas vezes as distinções entre um e outro contingente. Fazendo-se desaparecer os insatisfeitos, tinha-se a ilusão de que o fermento da revolta seria eliminado.¹⁸

Esse espetáculo de degradação humana repetiu-se até o final do governo Vargas. A transgressão da “boa conduta oficialmente estabelecida” era punida com prisão, sem processo, por tempo indeterminado, com espancamentos em caso de reincidência, embarcados nos “navios fantasmas” como os denominou Afonso Arinos.

Como o Estado justificava essa situação de arbítrio?

Sua defesa centrava-se na necessidade de garantir a paz social, os direitos constituídos e a integridade do bom cidadão. Dessa forma, os estrangeiros, principalmente, são culpabilizados de agitações políticas, constituindo-se em traidores na medida em que abusaram da confiança que o país lhes concedeu ao permitir sua entrada e envenenaram com suas doutrinas o trabalhador nacional. A esses estrangeiros, denominados de agitadores profissionais, cabia-lhes outra pena: a de deportação e expulsão. Instituiu-se uma diferenciação entre os indesejáveis estrangeiros e os nacionais revoltosos: metamorfoseou-se semanticamente a repressão e os conceitos de indesejável. Ao nacional, o desterro e ao estrangeiro, a expulsão, embora nas listas dos desterrados houvesse vários estrangeiros.

Os dados constantes nos arquivos do DOPS¹⁹ são reveladores de uma prática sistemática de censura postal exercida sobre a correspondência dos imigrantes. As cartas, grande parte remetida de sua terra natal por parentes, eram abertas e lidas, com auxílio de tradutores, e dependendo do teor que o censor lhes atribuía permaneciam retidas na polícia formando um “dossier” à parte. Aquelas consideradas sem importância eram fechadas e enviadas a seu destinatário, sendo seus dados transferidos para uma ficha de controle. Também foi encontrado nos arquivos do DOPS um manual elaborado pela polícia secreta brasileira no qual instruía como violar tecnicamente a correspondência sem deixar vestígios... Os judeus imigrantes tinham suas cartas examinadas quer viessem da Rússia,

17 Pinheiro, Paulo Sérgio. *A Estratégia da Ilusão*. SP: Companhia das Letras, 1992.

18 Pinheiro, Paulo Sérgio. *Op. cit.*

19 APERJ; Fundo DGIE, Séries Prontuários.

Polônia, de outros países europeus, da América do Norte ou da América Latina, principalmente do Uruguai e Argentina, onde residia uma comunidade judaica grande e bem organizada com a qual havia ligações políticas entre os imigrantes de esquerda, além da questão referente ao tráfico de prostitutas.

Em 1933, publica-se no Rio de Janeiro uma coletânea de pequenos artigos realizada sob a forma de um inquérito entre intelectuais brasileiros cuja pergunta central é “Por que ser Anti-Semita?”²⁰ Neste livro, no qual os autores criticam o anti-semitismo sob vários ângulos e “approaches”, percebe-se que alguns deles refletem uma profunda ambigüidade apesar da defesa e admiração que nutrem pelos judeus. Apenas a título de exemplificação, transcreve-se um pequeno trecho muito elucidativo:

Única raça pura que talvez ainda exista no mundo, vem desde séculos realizando este milagre único: o de um grande povo, uma verdadeira nação, sem o menor palmo de território. São, assim, os primeiros humanistas do mundo.

Como brasileiro, porém, filho de um paiz novo e ainda fraco, aberto a todas as investidas, sem defesa, principalmente, para toda e qualquer penetração de caracter mais espiritual do que real, não deixo de receiar muito que os judeus se implantem victoriosamente no Brasil. Bastará que o queiram, esta é a verdade. Não acredito muito que o desejem, porém, pois ainda estamos, apesar de tudo, no período do desbravamento e os judeus preferem chegar mais tarde: no da colheita.²¹

O controle não se restringiu à correspondência, incluía jornais e chamadas telefônicas; outras providências foram adotadas como a elaboração de listas do movimento portuário de passageiros desembarcados no Brasil ou em trânsito para outros países, informações sobre passaportes sobretudo de cidadãos russos, identificação de todos os estrangeiros, além das fichas de registro em hotéis da cidade e exame detalhado dos pedidos de naturalização.

Por outro lado, as instituições judaicas são obrigadas a submeter para conhecimento da polícia, seus estatutos, composição da diretoria e, em alguns casos, a lista de todos seus sócios, principalmente no caso de associações que tinham vínculo externo, como o JOINT, JCA, WIZO, organizações sionistas e outras como o Socorro às Vítimas da Guerra obrigatoriamente dependente da Cruz Vermelha Brasileira. Em muitas

20 Vários autores. *Por que ser Anti - Semita?* RJ: Civilização Brasileira, 1933.

21 Netto, Americo R. “Dois pontos de vista”. In: Vários autores. *Por que ser Anti-Semita?* op.cit.

ocasiões, a polícia refutava os nomes apresentados para aprovação que deviam ser preferentemente brasileiros ou naturalizados e, até que se promovesse a substituição, a instituição não obtinha licença para funcionar.

Causou grande apreensão na comunidade judaica por suas implicações morais, religiosas e políticas a suspensão da licença conferida ao Grão Rabino I. Raffalowitch — representante geral da Jewish Colonization Association (JCA) — que através desta instituição conseguira trazer para o Brasil imigrantes judeus, cuja legislação restritiva os impedia de obter visto de entrada no país.

...desconfia-se da presença, nas instituições culturais e sociais israelitas de ‘muitos elementos decididamente bolchevizes ou bolchevistas, que serão os melhores infiltradores do comunismo’... para amenizar o anti-semitismo, incluiu-se a tardia justificativa de que ‘semelhante medida é necessária por ser a colônia israelita entre nós composta na maior parte dos naturais russos ou das províncias anteriormente russas, e por isso mais do que qualquer outra sujeita à infiltração comunista.’²²

A Constituição de 1934 e os decretos posteriores de 1938 e 39 resultavam da proposta da polícia do Distrito Federal que sustentava a tese do fechamento dos portos brasileiros à penetração estrangeira como uma necessidade patriótica de fortalecer o sentimento de brasilidade que o governo tratava de implantar. E, à medida que se ampliava o poder autoritário do regime de Vargas, tanto mais drásticas se tornaram as leis de exclusão.

No Congresso Policial²³ realizado em 1936, na pauta de discussões encontrava-se a questão da expulsão dos alienígenas resultando em um convênio secreto entre os agentes policiais, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Trabalho visando elaborar medidas que culminassem na solução definitiva do problema dos apátridas e sua expulsão imediata.

Ao mesmo tempo em que a polícia conseguia apresentar o estrangeiro como um grande inimigo social, utilizou-se dele para promover a centralização do aparato militar, sua modernização e seu caráter fundamental como sustentáculo do regime²⁴

22 Arquivo Artur Bernardes, Cf Pinheiro, Paulo Sergio. *A Estratégia da Ilusão*. op.cit.

23 Lewin, Helena et al. . *O Controle da Diferença*. op.cit.

24 Cancelli, Elizabeth. *O Mundo da Violência, A Política da Era Vargas*. Brasília: Ed. UnB. 1993.

Judeu - Sinônimo de Comunista

Logo após o movimento armado de Novembro 35, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo elabora extensa lista com nomes de comunistas e simpatizantes, nacionais e estrangeiros. Em algumas listagens, é citada a nacionalidade dos estrangeiros e aí aparece o judeu como tal, muitas vezes sem a menção do país de origem. Considerando a baixa proporção dos judeus no total da população brasileira, pode-se considerar que sua representatividade na lista dos comunistas ou simpatizantes é relativamente muito elevada, conferindo uma tendência apontada por muitos autores de que os judeus, dada a sua condição de excluídos e perseguidos, se sentem mais identificados com as propostas libertárias.

O Partido Comunista considera vantajosa a imigração israelita que vem da Polônia porque apresenta tendências mais ou menos socialistas pela opressão que sofre naquele país... O anti-semitismo cria o ódio entre o povo israelita e este adota o comunismo... Há aqui muitos judeus comunistas, mas esses elementos chegam aqui com suas simpatias preparadas no estrangeiro, não se formam aqui, já chegam formados... Pode-se averiguar que a juventude israelita já está mais nacional porque aqui não há anti-semitismo....²⁵

A associação do judeu ao comunista era considerada fato natural, consumado e consumido na linguagem vigente. Os jornais da época o reproduziam em suas manchetes, podendo-se citar vários exemplos:

O GLOBO (28/11/35) ao noticiar a prisão de Harry Berger escreve “Filho de Israel e Agente de Moscou”.

A NOTA (2/1/1937) incita sistematicamente a população contra os indesejáveis sob a alegação de que “são elles os fomentadores do comunismo que lançará no mundo a desordem, para então vir o domínio dos israelenses sobre todos os povos. E elles estão conseguindo pela corrupção que infeccionam e pela desordem que implantam por toda parte”.²⁶

O POVO (21/8/37) “Comunista suspeito e agressor, o judeu Isaac Abraham Garson auxiliado por um outro, agride covardemente, um velho

25 Arquivo DOPS, Depoimento transcrito de L.M.Z.

26 Almeida, Maria das Graças A. “Imprensa Anti-semita no Rio de Janeiro e Recife, Sec XX” in Novinski, Anita e Kuperman, D. (org). *Ibéria Judaica: Roteiros da Memória*. RJ: Expressão e Cultura / SP: Ed. USP, 1996.

despachante da Prefeitura... segundo depoimento de testemunhas ficou patenteadado ser Isaac A. Garson de origem judaica, o responsável...”

DIÁRIO DA NOITE (1/7/37) publica em sua manchete “Vinte e quatro indesejáveis expulsos do território nacional” afirmando no corpo da matéria que todos eram comunistas estrangeiros que aqui faziam propaganda subversiva... que esta expulsão é decorrente das deliberações assumidas no Congresso dos Chefes de Polícia ocorrido nesta capital ...é a 1ª vez que aqui se pratica o deliberado naquelle congresso em matéria de expulsão de indesejáveis estrangeiros”.

O GLOBO (10/2/37) publica em sua manchete “Desmascarado! David Levinson não é advogado e não mesmo de caiseiro do Komintern. A Polícia considera inadiável a expulsão do indesejável.” Na sua coluna interna descreve o personagem que veio dos Estados Unidos para supostamente defender Prestes, como sendo “russo de nascimento, cidadão americano naturalizado e de origem semita, tendo negócios com uma importante firma israelita norte-americana”...

Sobre o mesmo caso, o jornal *A NOITE* (12/2/37) imprime em sua manchete “Levinson expulso! Vitoriosa, enfim, a nossa campanha contra o agente do Komintern. Em sensacional “furo”, somos os primeiros a desmascarar-o. O “fac-simile” da revista “O Exportador Americano” por nós publicado determinou a acção da polícia. Será pedida a prisão preventiva do judeu”.

A REVISTA PROLETÁRIA (24/4/43) publica em sua manchete “Não é brasileiro, não é capitão, nem doutor em coisa alguma” referenciando-se a respeito do diretor da Cia. Siderúrgica Nacional, Israel Jacob Averbach, “o seu nome judaico com o título de capitão e doutor constitui um abuso inominável...”

Os “indesejáveis” não eram julgados pela justiça. Não eram necessárias provas para expulsão de estrangeiros, bastava a informação policial, muitas vezes incompleta, distorcida e mal intencionada. Vários casos podem ser citados:

DOPS: Setor “Comunismo”, Pasta 22A às folhas 00669 e 00671 (1938), encontra-se uma lista denominada “Espiões Sedentários” (Residencial Spies) onde se encontra registrado o nome de Horácio Lafer como “industrial, presidente da Nitroquímica, informante do Partido Nazista, Judeu”. Neste mesmo documento, aparece que a sede do Partido Nazista em São Paulo, fica à rua José Paulino esquina do Parque da Luz: é conhecida como sede judaica alemã”. Nas ruas mencionadas, localizava-se a grande maioria da comunidade judaica, quer como área comercial, quer como espaço preferencial de residência dos primeiros imigrantes.

DOPS: documento GT 1367 S-2 à pg 00004 (3/6/1940) apresenta ordem de deter os responsáveis pela “Biblioteca Israelita H.N. Bialick”, situada no Rio de Janeiro, devido ao fato de terem feito campanha financeira para ampliação da referida Biblioteca e “contrariando a orientação desta Delegacia Especial (D.E.) ao usar formulários impressos em idioma israelita sem a devida tradução, o que implica no desprezo ao caracter brasileiro da agremiação assim registrada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Tomar declarações, adverti-los e pondo-os, em seguida, em liberdade”. Em outro documento registrado na DOPS, Dossier S-2 “Biblioteca Israelita” de 8/9/40, acusa esta instituição de “burlar a lei quer pretendendo fazer conferências em idish, quer fazendo propaganda de interesses judaicos, na Palestina”, afirmando que a referida organização está procurando obter, por intermédio de seu presidente H.N. Bialik permissão para realizar conferência...” Mais uma vez, fica evidenciada a precariedade das informações policiais quando se confunde o nome do patrono da referida Biblioteca — escritor, poeta, russo, já falecido à época e que nunca esteve no Brasil — com seu atual presidente.

No Arquivo DOPS, Setor Trabalhista, em papel timbrado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de Segurança Pública foi encontrado o documento *DEBATE PÚBLICO* que trata da Lei de Segurança Nacional, no qual falaram vários oradores, entre eles o Prof. Henrique de Miranda que em nome do Centro de Defesa e Estudos do Petróleo afirmou em referência a Salomão Malina que quando este tentou ingressar na Escola Militar foi avisado de que seria reprovado, que deveria desistir dos exames, e que esta informação vinha acompanhada da justificativa do Gal. Eurico Dutra, ministro da Guerra, “por ser ele judeu, não poderia ter sentimentos de patriotismo e bravura para lutar na defesa da Pátria”.

O clima de tensão política dos anos 30 foi o cenário no qual as manifestações da comunidade judaica se desenrolaram, com intensidades variadas, dependendo dos atores sociais envolvidos e dos itens e demandas de suas agendas políticas. A estratificação da comunidade judaica obedecia a hierarquia de classes sociais existente na sociedade brasileira. A comunidade não se apresentava homogênea ao nível cultural e ideológico, embora exibisse traços dominantes que perpassavam todos os seus segmentos sociais. Sua pauta de preocupação e vocalização coletiva abordava vários aspectos: a política imigratória brasileira; a liberdade religiosa e de culto para seus membros; o monitoramento policial a que estava submetido o aparelho institucional comunitário; a liberdade de expressão cultural própria; as manifestações de anti anti-semitismo; a ascensão do nazismo e a eclosão da 2ª Guerra Mundial; e as campanhas de ajuda externa da comunidade às vítimas da Guerra.

Em 1933, quando definitivamente se delineava a perseguição aos judeus na Alemanha, a comunidade israelense, apoiada por liberais e comunistas, tratava, como em várias partes do mundo, de realizar atos de protesto contra o governo de Hitler. Assim foi feito em Natal, Recife, Bahia, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Santa Maria. Aparentemente, a polícia permitiu a realização de comícios, até que chegasse a vez da comunidade judaica se manifestar no Rio de Janeiro. Momentos antes de começar o encontro no Teatro República, a polícia resolveu proibir a reunião e dispersar, de maneira abrupta, a multidão... A ação policial acabou em uma abalada perseguição aos manifestantes nas ruas e no interior dos cafés e restaurantes. O grão-rabino, Isaias Raffalowitch, dizia num protesto enviado ao ministro da Justiça, Francisco Antunes Maciel, que não satisfeitos com este atentado, que podemos provar, violaram domicílios de famílias distintas de comerciantes conceituados e desrespeitaram a Sinagoga da Rua Sant'Anna.²⁷

Felinto Müller, chefe de Polícia, declarou que a polícia do Distrito Federal foi obrigada a intervir considerando que os judeus tinham ultrapassado o espaço permitido para sua manifestação sendo obrigado a tomar providências enérgicas “a fim de evitar que fossem... atacados em plena via pública os representantes e altas autoridades de um país com o qual mantemos a mais perfeita relação de amizade”.²⁸

A Comunidade Judaica

A comunidade judaica, no final da década de 20 e durante os anos 30, encontrava-se polarizada entre dois movimentos de visão ideológica e filosófica completamente distintos e, em certos momentos, antagônicos e conflitantes. De um lado, o segmento auto intitulado de “judeus progressistas” que continha em seu interior diferenciações substanciais: comunistas, socialistas, anarquistas, troskistas e bundistas. De outro lado, um segmento que ainda apresentava uma débil organização interna na medida em que se encontrava em estruturação e em disputa para determinar seus limites de atuação singular. Tratava-se do grupo sionista que também englobava várias denominações partidárias, o que determinava sua urgente unificação em um órgão coordenador para que

27 Cancelli, Elizabeth. *O Mundo da Violência, A Política da Era Vargas*. op. cit.

28 Arquivo DOPS. *Relatório enviado ao Delegado Especial de Segurança Pública e Social*.

pudesse obter maior visibilidade interna e externa. Entre um e outro segmento, encontravam-se os judeus religiosos que praticavam um modelo de comportamento moderado, quase que exclusivamente debruçados sobre suas instituições, ficando à margem das grandes discussões políticas que se travavam à época.

Vale notar que o número de militantes era relativamente pequeno em cada um desses dois grupos principais, embora houvesse um número crescente de seguidores e simpatizantes decorrente do crescimento populacional judaico. Cada um desses segmentos e suas facções constitutivas criou instituições próprias através das quais expressavam suas mensagens e seus discursos ideológicos. De um modo sumário, pode-se agrupar a organização institucional comunitária, destes primeiros tempos, a partir de algumas clivagens significativas: Origem Étnico-geográfica: dividem as associações judaicas em ashquenazitas e sefarditas.

Orientação Religiosa: homogeneamente tradicional ortodoxa no início da construção comunitária, agrupada em função da inserção espacial urbana de suas sinagogas—centro e subúrbios e, posteriormente, zonas sul e norte —acompanhando o deslocamento físico e social da comunidade. Ainda mais tardiamente, outra subdivisão instalou-se dentro da orientação religiosa da comunidade — os liberais/reformistas, decorrentes da imigração alemã e da influência judaica norte-americana; os ortodoxos ashquenazitas, oriundos da Europa Oriental; os ortodoxos sefarditas, seguindo rituais orientais;

Proposta de realização do Estado Judaico: divide, definitivamente, a comunidade entre Sião e Birobidzhan,²⁹ entre sionistas e comunistas;

29 Birobidzhan – oficialmente designada de Região Autônoma Judaica (Yeveyskaya Avtonomnaya Oblast) situa-se no extremo leste da antiga URSS, em área relativamente despovoada e inóspita e cuja imigração judaica para essa região teve início em 1928. A decisão soviética de selecionar Birobidzhan como local de colonização judaica obedeceu a vários fatores, entre os quais o mais estratégico do ponto de vista do estado socialista foi o de fortalecer a segurança e integridade territorial do país, dada sua proximidade com o Japão e a Mandchuria. Por outro lado, o assentamento judaico em Birobidzhan preenchia duas outras funções políticas: uma, de ordem geral, de neutralizar as dificuldades econômicas das várias nacionalidades soviéticas, e a outra, de ordem particular, de resolver a questão dos judeus classificados pelo regime como uma nacionalidade sem espaço geográfico definido, além de se constituir em alternativa ideológica ao projeto sionista. Birobidzhan não chegou a alcançar o prometido estatuto de república soviética como as demais nacionalidades e teve frustrado o seu desenvolvimento decorrente dos vários expurgos da era stalinista, diminuindo radicalmente a sua reserva populacional.

Percepção Ideológica: permite classificar os judeus em revolucionários, reformistas e conservadores com suas instituições próprias;

Preferências Lingüísticas: à primeira vista, parece ser uma querela entre idichistas e hebraístas, porém esta oposição vai determinar a diferenciação do sistema educacional da comunidade refletindo, uma vez mais, o debate polarizado entre sionistas e progressistas.

Nos arquivos do DOPS (Setor Geral, Pasta n.8, “dossier” “Agremiações Israelitas do Rio de Janeiro”) foi encontrado farto material descrevendo as instituições judaicas, seus estatutos de constituição, finalidades, diretorias e atividades realizadas. Através dessa documentação foi possível recuperar a vida institucional do período estudado, principalmente daquelas que foram desativadas e cujos registros se extraviaram.

Duas grandes listagens foram elaboradas, em momentos diferentes mas de forma bastante completa, dando conta de todo o perfil institucional e sua vitalidade. A primeira, foi realizada em 1938, por Nicolau H. Zimmerman, detetive da Polícia, que fez um levantamento amplo das instituições judaicas classificando-as segundo parâmetros culturais e religiosos.

Um segundo “dossier”, datado de 1943 e elaborado por Serafim Braga, Chefe da S/2 (Delegacia Especial de Segurança Política e Social), em formato de um extenso e minucioso Relatório no qual constam vários capítulos e, entre eles, um denominado de Associações Estrangeiras que contém um número significativo de instituições judaicas misturando as genuinamente brasileiras com outras poucas que tinham vinculações com o exterior. Ignorância? Talvez, mas difícil de aceitar tendo em vista a larga e continuada permanência deste alto funcionário que aparece acompanhando de perto a comunidade judaica. Ou, o possível uso sinônimo de estrangeiro e judeu? bem provável!

Examinando-se os registros da polícia secreta depara-se com um fato revelador, ou seja, judeus suspeitos de atividades comunistas são presos e alguns posteriormente deportados, ainda em meados dos anos 20, mas o seu número é ainda insignificante. A crônica policial mais intensa deste período cobre o universo social do lenocínio e do rufianismo cuja cobertura jornalística concorre para criar um clima preconceituoso de desprezo contra os membros da comunidade judaica ao denominar, intencionalmente, as polacas de judias e os rufiões de judeus. Cria-se uma cisão entre os “judeus de famílias” (os dignos) e os “judeus do submundo” (os indignos). Não constitui interesse deste estudo tratar desse tema.³⁰ Sua menção serve para chamar a atenção para o deslocamento das

30 Kushnir, Beatriz. *O Baile de Máscaras*. RJ: Ed., Imago, 1996.

preocupações policiais sobre as atividades políticas subversivas que vão se engrossando numericamente na entrada da década seguinte.

Um dos muitos grupos judaicos intensamente acompanhado pelo DOPS foi a esquerda judaica da comunidade e suas instituições. Isto porque, havia uma associação espúria entre a origem russo-polonesa dos imigrantes e sua inevitável vinculação com o comunismo internacional. O controle exercido e a monitorização constante praticada sobre esse segmento se processava através dos relatos, orais e escritos, produzidos por detetives, agentes e informantes especialmente designados para tal fim. Esta ação coercitiva ocorria em dois níveis simultâneos: o visível e o secreto. No primeiro caso, havia dois procedimentos: um, consistia no acompanhamento individual dos suspeitos; e o outro, na presença oficial de funcionários nas reuniões institucionais visando verificar o cumprimento da lei que exigia dos membros das várias etnias, ou grupos idiomáticos estrangeiros, que se expressassem no vernáculo. Os depoimentos de participantes daquela época ressaltam que, muitas vezes, o próprio agente se mostrava compreensivo diante da dificuldade desses imigrantes de se comunicarem em português. Em outras ocasiões, contudo, havia provocação e até chantagem de prisão caso houvesse qualquer pequena transgressão lingüística, cuja intensidade da pressão estava relacionada ao grau de tensão política do Estado brasileiro.

O centro dinâmico da comunidade judaica ashquenazita do Rio de Janeiro, durante os três primeiros decênios deste século, situava-se na Praça XI cuja abrangência e fronteiras nela não se esgotavam. Seus eixos de difusão se transbordavam para o norte até a Praça da Bandeira, para o sul até a rua da Alfândega e adjacências e para leste se estendia até à Lapa. Assim, é preciso entender a ampliação do conceito físico-urbano da Praça XI, congregando e fusionando, simultaneamente, espaços de trabalho, residência, lazer, cultura e culto, comportando-se como uma sede não oficialmente declarada da sua vida institucional. Lugar de convivência solidária baseada na identidade de origem e de muitas oposições e divergências culturais e ideológicas.

As primeiras entidades fundadas no fim da 2ª década do século XX foram a Biblioteca Israelita Scholem Aleichem e o Club Juventude Israelita. A Biblioteca permitia que os sócios retirassem livros para ler em casa... em sua maioria em idische mas havia... em hebraico e russo... promovia debates literários, conferências... discussões sobre **assun'os políticos**... Na época de sua fundação, a Biblioteca não **tinha** nenhum colorido político ideológico. Mas, com o decorrer dos anos, começaram as divergências, como reflexo natural das que existiam nas comunidades da Europa Oriental. Conservadores e

progressistas, religiosos e laicos, sionistas e anti-sionistas desencadearam, na vida comunitária, dissensões que se refletiam, de imediato, na estrutura e na direção das entidades atuantes. Deflagrada a luta pelo domínio das instituições comunitárias, a Biblioteca Scholem Aleichem foi ocupada pelos esquerdistas. Sua sede, então, passou a ser o ponto de encontro dos chamados progressistas.³¹

O chamado judaísmo progressista criou seu aparato institucional visando estruturar-se organicamente e difundir suas idéias e ideais socialistas. Para a consecução de tal objetivo, a Biblioteca Israelita Scholem Aleichem passa a ser peça chave neste tabuleiro ideológico das esquerdas judaicas que exibiam um amplo leque de matizes e matrizes. Suas lideranças e ativistas perceberam que se tornava necessária a continuidade ideológica intergeracional e, para tanto, a escola era o instrumento privilegiado para preencher essa função socializadora assentada na “visão de mundo” laica e universalista, resguardando, no entanto, sua especificidade judaica através da transmissão dos seus valores culturais e históricos além do ensino da língua ídiche. E, dentro desta perspectiva, foi construída a Escola Scholem Aleichem, produto do esforço de seus organizadores e, principalmente, de seus doadores — pequenos e médios comerciantes estabelecidos, trabalhadores e prestamistas ou “clienteltchics”, pessoas de recursos econômicos escassos mas determinados a concretizar suas propostas políticas e culturais.

BRAZCOR – Uma “Cozinha” Progressista

Outras instituições foram criadas no sentido de montar um complexo institucional progressista que cobrisse a totalidade da sua vida comunitária judaica. Na própria Praça XI, em frente à Biblioteca, estabeleceu-se uma cozinha popular que encobria uma entidade política, o BRAZCOR. Acordos com gráficas foram assinados visando a publicação da revista *Cultura Moderna* e de um jornal semanal. Na década de 40, verifica-se a criação de uma entidade feminina — a Associação Feminina Vita Kempner em homenagem a esta heroína da 2ª Guerra Mundial que posteriormente solicita a retirada de seu nome daquela instituição que passa a ser denominada de AFIB (Associação Feminina Israelita

31 Malamud, Samuel. *Recordando a Praça XI*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Ed., 1988.

Brasileira), além da Colônia de Férias Kinderland, em espaço próprio, no Estado do Rio de Janeiro.

A cozinha popular ou proletária — “Arbait Küch” — instalada no coração da Praça XI, em frente à Biblioteca Scholem Aleichem, atendia trabalhadores judeus, inseridos ou não no movimento da esquerda judaica, que ali vinham comer por um preço bastante reduzido, atraindo uma grande clientela. A polícia começou a se interessar em acompanhar o movimento diário e verificar as visitas relativamente regulares de pessoas envolvidas em atividades comunistas, muitas delas tendo já sido presas no passado recente ou sob suspeição policial. O local era conhecido como o encontro de trabalhadores que, além da comida de tipo caseira com o “gosto da terra de origem”, recebiam notícias de seus conterrâneos, eram informados a respeito dos programas culturais da Biblioteca, discutiam sobre as ocorrências na Europa e, sobretudo, quanto à Birobidzhan como a redenção territorial judaica no seio da única experiência socialista que a URSS representava e da qual muito se orgulhavam.

Grandes disputas ocorriam entre sionistas e comunistas polarizadas em torno da questão referente à realização judaica como povo e como nação. Este tema constituía-se em foco crucial de dissensão interna entre as duas facções tendo perdurado até o final da década de 50, mesmo após a criação do Estado de Israel.

A defesa apaixonada de Birobidzhan resolvia para os comunistas várias questões relacionadas a seu universalismo sem precisar descartar-se da condição judaica. A promessa de uma república própria — embora sua constituição formal tenha se dado na condição jurídica de “região autônoma judaica” — consignava uma possível igualdade com as demais nacionalidades abrigadas no interior da União Soviética. Dessa forma, para os membros da seção judaica do PC, Birobidzhan constituía a alternativa ideológica à idéia sionista. O fato do povoamento judaico em Birobidzhan ter coincidido com as repressões anti-semitas na Alemanha nazista, contribuiu para obter apoio judaico fora da URSS, das organizações judaicas de esquerda de todo mundo.

O lema “ Birobidzhan como o único centro socialista de cultura judaica” e sendo o ídiche reconhecido como sua língua de comunicação e instrução — igualava-o em relação ao russo — despertou nos judeus uma euforia quanto à eliminação de sua clássica marginalidade. A taxa de evasão de Birobidzhan verificada entre 1928 e 1933 foi muito alta. Os expurgos de Stalin em 1936/38 foram responsáveis pela queda do processo de desenvolvimento dessa área cuja população às vésperas da 2ª Guerra Mundial não ultrapassava 20.000 pessoas. Após a guerra, seu possível renascimento foi novamente bloqueado pelo expurgo stalinista de

1948/49 e, posteriormente, Khrushchev culpou os judeus pelo fracasso afirmando que estes nunca gostaram de trabalho coletivo e da agricultura. Mesmo com todos esses insucessos, os comunistas judeus residentes no Rio de Janeiro continuavam a se apegar com veemência a seus sonhos de territorialidade socialista.

Quanto ao BRAZCOR, entidade política de característica secreta, sua data de fundação é imprecisa. Segundo os entrevistados Avraham Milgram e José Schneider, as datas variavam de 1928 e 1932, respectivamente. Contudo, no número 4/5 da revista *Ilustração Israelita* (Nov/Dez 1928) há um artigo assinado por Aron Schenker, secretário-geral do BRAZCOR, no qual declara ser a finalidade desta instituição auxiliar os judeus soviéticos que se encontram em grandes dificuldades. O significado de sua sigla não aparece nos documentos do DOPS que a classifica como uma organização pertencente ao Partido Comunista do Brasil. Também os entrevistados acima não apresentam unanimidade quanto a sua decodificação. Para José Schneider, BRAZCOR em ídiche queria dizer *Brazilianishe Idishe Roite Hilf* (Organização Israelita Brasileira de Socorro Vermelho), enquanto para Avraham Milgram significava *Brazilianishe Kolonizatzie In Ratnfarband* (Organização Israelita Brasileira de Auxílio à Colonização Judaica na União Soviética) sendo esta última a mais provável já que o nome BRAZCOR parece ser a resultante das iniciais de cada uma de suas palavras constituintes.

Para o DOPS não havia distinção entre a Cozinha Proletária e o BRAZCOR. Em seus registros consta que a Cozinha Proletária era uma célula comunista que, no caso, abrigava duas ilegalidades: a própria do PCB que estava proscrito e a dos estrangeiros que eram proibidos de participar em atividades contrárias à lei de imigração.

O BRAZCOR funcionava no interior do espaço da Cozinha Proletária. Suas reuniões ocorriam em uma sala reservada dos fundos, discreta, fechada, de acesso restrito a algumas pessoas previamente identificadas. A grande maioria dos fregueses da Cozinha Proletária desconhecia a sua existência assim como seus objetivos. Sua diretoria era numericamente pequena, constituída de um secretário e três ou quatro membros e dentre os quais um era encarregado de manter contatos externos com o Socorro Vermelho do Partido Comunista Brasileiro. O recrutamento obedecia a certas exigências: ter profissão, estar trabalhando e, principalmente, ter a mesma ideologia política.

O perfil ocupacional deste grupo incluía alfaiates, cortadores, peleiros, passadores, estofadores, carpinteiros e outros, além dos vendedores ambulantes, nem sempre considerados proletários porque trabalhavam por conta própria e, por isso, sujeitos a muitas restrições para participar do

referido grupo. Grande parte desses imigrantes já havia iniciado sua atividade política em seus países de origem, majoritariamente no BUND³² - organização socialista judaica que lutava contra a discriminação no trabalho e no salário a que estavam submetidos os judeus da Europa Oriental, cuja bandeira de luta foi transformada no slogan em ídiche “Kampf far Rechtung in Arbet” (Luta pelo Direito ao Trabalho). O BUND no Brasil não conseguiu repetir sua pujança européia e nem a força articuladora de recrutamento e de ação e, assim, muitos desses imigrantes “bundistas” passaram a compor o segmento comunista da comunidade.

O BRAZCOR deve ser entendido como uma organização política que, mesmo composta de estrangeiros, tinha afinidade ideológica com o momento político nacional de grande disputa entre a direita — os integralistas — e a esquerda - estruturada em forma de “Frente Ampla” representada pela Aliança Libertadora Nacional. Como já descrito anteriormente, os integrantes do BRAZCOR ostentavam um currículo de intensa atividade política em seus países de origem. Dessa forma, transferiram para o Brasil seus ideais libertários, identificando-se com a proposta da ALN, principalmente, na fase de dominação comunista, participando de ampla gama de tarefas de propaganda e cooptação política entre seus conterrâneos judeus, como também, na arrecadação de recursos para a caixa do Socorro Vermelho visando financiar a revolução eminente.

Os documentos do Arquivo DOPS revelam que no dia 26 de Novembro de 1935, a Cozinha Proletária foi cercada por agentes e policiais, revistada, fechada, lacrada e presos 23 judeus entre os muitos que lá se encontravam. Para a polícia, esta “batida” se justificava tendo em vista considerar o BRAZCOR uma célula comunista. Segundo vários depoimentos, a forma como aqueles judeus foram selecionados para serem presos ou não, ficou a cargo do já citado investigador Nicolau Zimmerman que, naquele momento, encontrava-se presente auxiliando a operação policial, determinando quem deveria ser liberado e quem deveria ser conduzido à polícia para ser autuado e preso.

Nas justificativas registradas pelo DOPS em cada processo apensado ao

32 BUND — abreviação do movimento socialista operário judaico, fundado em 1897, cujo objetivo e ativismo político centrava-se contra a discriminação e exploração dos judeus no trabalho, na luta pelos seus direitos civis tendo como base ideológica o socialismo trabalhista e o ídiche como seu instrumento linguístico de comunicação. Editou várias publicações, promoveu encontros, congressos e greves. Associou-se a vários partidos, socialistas e comunistas, tendo tido representantes eleitos nos órgãos de representação política nos países do leste europeu.

respectivo preso — e todas eram rigorosamente iguais — acompanhava o seguinte texto:

Preso na organização israelita “Brazcor”, filiada ao Partido Comunista do Brasil. “Cozinha Proletária Comunista” Rua Visconde de Itaúna 151, entidade que vinha sendo observada por esta Secção, attenta as suas actividades no propagar dos principios de Moscou. Esta prisão se verificou em consequência do movimento irrompido no Nordeste, na madrugada de 23 do corrente com irradiação para esta Capital e outros pontos do paiz, o que consiste fundados motivos de vir a participar daquella insurreição. Recolhido à Casa de Detenção a disposição do Exmo. Sr. Chefe de Policia, afin de ser expulso do território nacional por perigoso à ordem publica e aos interesses do paiz.³³

Surge a pergunta: Por que BRAZCOR? Duas respostas são possíveis.

Uma, refere-se à construção da nacionalidade brasileira homogênea, homogeneizada e homogenizante da qual o “estrangeiro indesejável” estava excluído. Essa indesejabilidade decorria de várias situações que, conjuntamente, constituíam uma constelação de traços comportamentais negativos e, portanto, passível de combate e supressão. A recorrente afirmação da incapacidade judaica de fusão, ou sua infusibilidade, entendida como consequência de sua rígida cultura e religião, associava-se outra afirmação de ordem ideológica referida à vinculação dos judeus às doutrinas atéias- marxistas que tinham força de corromper as mentalidades ingênuas do povo brasileiro, impedindo ou atrasando o projeto e o processo de amálgama nacional. Prender e dismantelar uma organização subversiva dentro de uma conjuntura favorável à guerra civil, tornava-se uma obrigação cívica do Estado. E o BRAZCOR se ajustava, idealmente, a esse figurino!

A outra resposta é mais sutil. Deriva do fato da organização BRAZCOR não ter nenhuma importância dramática nem na comunidade nem na sociedade brasileira, embora estivesse arrecadando fundos para o Socorro Vermelho que, por sua vez, patrocinava a compra de armas para a futura revolução e/ou financiava seus veículos de comunicação impressa. Poder-se-ia especular que o fechamento definitivo do BRAZCOR e da Cozinha Proletária e as decorrentes prisões pudessem ser um discurso de força e, também, de exemplaridade pedagógica para a comunidade judaica como um todo. Ou seja, um aviso dos limites permitidos pelo Estado em

33 Arquivo DOPS. Polícia Civil do Distrito Federal/Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Secção de Segurança Social - 28/11/935, ofício 225 S/2 de 27/11/35.

relação à movimentação política e social dos imigrantes judeus a fim de adotarem para si e sua descendência a conformidade como um estilo de vida comunitária.

Mas, a pergunta permanece: Porque BRAZCOR e a Cozinha Proletária? Excesso de zelo ou exageração das informações? Necessidade de mostrar serviço dos informantes, como Nicolau Zimmerman? Crença na existência de um elevado volume de recursos financeiros recolhidos por aquelas organizações que estariam suprindo ou complementando o “Ouro de Moscou”, mesmo sabendo que a coleta era pequena porque pequenos eram os recursos destes imigrantes operários? Possivelmente todas essas especulações podem ter determinado a equação de intervenção estabelecida pela polícia.

Transcreve-se abaixo o trecho de ofício encaminhado pela polícia além de cobertura jornalística da época:

De ordem do Exmo. Sr. Chefe de polícia faço-vos apresentar o indesejável..... afim de ser processado e expulso do território nacional como perigoso à ordem pública e aos interesses do paiz visto ter sido preso hontem numa cellula comunista da Organização Revolucionária Israelita Brazcor³⁴

Cabe chamar atenção para a palavra “revolucionária” introduzida pela Polícia na tradução do BRAZCOR. A cada um dos 23 presos, texto personalizado mas de igual teor é juntado ao encaminhamento do ofício referente a sua prisão e posterior deportação.

A análise dos dados relativos à prisão e, em alguns casos, à expulsão de judeus suspeitos de comunismo, nos permite agrupar esses indivíduos prontuarizados em três categorias:

- A os que foram interrogados para esclarecimentos mas foram liberados depois das declarações prestadas;
- B os que foram detidos mas soltos no mesmo dia ou nos seguintes;
- C os que foram presos e encarcerados por longo tempo e cuja maioria foi posteriormente deportada ou desterrada.

Para efeito do resguardo da identidade destes indivíduos, a maioria falecida, serão usadas apenas as suas iniciais, embora sua prisão e expulsão tenham sido noticiadas amplamente pelos jornais da época, portanto, um fato público. Sob o título “Para Fora do Brasil”, a reportagem do Jornal *A Rua* (Dez. 1935) deixa bem claro tal intuito:

34 Arquivo DOPS. Delegado Especial de Segurança Pública encaminhando ao 2º Delegado Auxiliar em 27/11/35.

Vão ser expulsos 22 comunistas estrangeiros que faziam parte de uma organização intitulada BRAZCOR... conseguiram os terríveis agentes da Rússia levar a cabo parte de seu nefasto programa... na extinção da família, na desagregação social e na ruína da pátria por meio de greves, comícios, desordens, sangue, muito sangue... se reuniam três vezes por semana afim de discutir as bases dos planos de ataque às instituições nacionais... se reuniam diariamente na Cozinha Proletária para receberem e apresentar sugestões em torno de suas atividades... a Revista Cultura Moderna se reunia mensalmente para tomar conhecimento das ordens vindas de Moscou e apresentar os mappas relativos ao numero de operários brasileiros a abraçar as doutrinas... efetuaram a prisão de 24 communistas.

são listados os nomes completos dos presos. Obs: não há concordância sobre o número de presos: na manchete são 22, na coluna interna são 24 e o contido nos autos policiais são 23.

A S-2 ... mantendo-se de promptidão na mais rigorosa vigilância em todos setores desta Capital, effectuou as diligencias que as circunstancias impõem... coroada do melhor exito pois conseguimos deter os polacos mencionados, todos componentes daquela agremiação. São os seguintes: BZ, AR, JG, WG, JG, RG, AG, HJ, JS, JH, WR, NM, JF, CG, JW, MJ, ML, CZ, DL, SV, MK, NG, JS...³⁵

A contabilidade estatística dos judeus presos durante a década de 1930 alcançou 70 casos, no Rio de Janeiro. Desagregando esse dado, observa-se que 16 judeus foram presos entre os anos de 1930-34; durante os anos de 1935-36 houve 42 prisões, ou seja, 60% do total; e de 1937 a 39 o número de prisões cai para 12 casos. Considerando a baixa proporção dos judeus na população brasileira, esses 70 casos configuram uma política de repressão em massa. Contudo, alguns presos com ordem de expulsão foram anistiados muitos anos mais tarde. Não foram encontrados, no DOPS, justificativas esclarecedoras sobre o caso de revogação das expulsões acima mencionadas.

A ditadura política instalada em 1937 por Vargas, acompanhada da intensificação da ação do DOPS cujos mecanismos de controle e repressão foram largamente ampliados; a propaganda nazista incentivada tanto pelos alemães residentes no Brasil como pelos funcionários de sua embaixada e órgãos consulares; as dificuldades impostas pelo governo brasileiro no que se refere à imigração de judeus; o reforço propagandista

35 Arquivo DOPS. S/2. Serafim Braga, Chefe da Secção, em 27/11/1935.

da tese de sua infusibilidade ao esforço da construção da homogeneidade cultural do Brasil país-nação; a ameaça permanente de deportação em relação aos estrangeiros tendo como exemplo próximo o caso do BRAZCOR; o fechamento e o controle do equipamento institucional comunitário judaico que perdeu sua anterior função de articulação, coesão e circulação de bens culturais; as notícias das perseguições aos judeus europeus; todos esses fatores conjugados atuaram firmemente no sentido de desmobilizar politicamente a coletividade judaica.

Instalou-se a “síndrome do medo” que silenciou a comunidade judaica configurando um comportamento de tipo “low profile” quanto à participação e vocalização de suas necessidades e demandas na medida que a insegurança era o clima dominante. Será somente a partir da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado dos aliados, a vitória destes e a redemocratização do país, em 1945, que o processo de distensão e abertura participativa irá ocorrer face ao anterior encolhimento político dos judeus capitaneados, nesse momento, pelos filhos de imigrantes aqui nascidos, ou sejam, judeus brasileiros.